

Se depender deste primeiro
projeto da Constituição
(O Cabral III) a
cultura vai "dançar"PROJETO DE
CONSTITUIÇÃO
(A)

DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

PRESIDÊNCIA CONSTITUENTE AFETIVO ATRIBUÍDO

BANCO CONSTITUENTE EMPREGADO CABRAL

Copa de São Paulo

Número 108

CULTURA/Constituinte



BETH MUNHOZ

Beth Casé: caçando constituinte a laço para as emendas da cultura

A Cultura tem sete emendas à procura de constituintes

(...e isto é só o começo!)

ARMANDO BULÇÃO
Editoria de Cultura

Os constituintes ainda não sabem direito o que fazer com o mandato de Sarney. Não sabem direito como será a Reforma Agrária. Não sabem direito se seremos governados por um superpresidente ou um parlamento à la Europa. Não sabem direito... nada. Lhufas. Então por que eles não cuidam da cultura? Dá menos Ibope mas assunto é o que não falta. Por exemplo: que negócio é esse de o Estado não dar recursos públicos para entidades culturais privadas com fins lucrativos? Que negócio é esse de sugerir apenas a produção regional como uma "preferência" em vez de "obrigatória"? Que negócio é esse da classificação etária dos espetáculos continuar "assunto de polícia" em vez de "assunto de sociedade"? Que negócio é esse do artista não ganhar pela reprodução do seu trabalho? Que negócio é esse que não tem constituinte assumindo as emendas da cultura? As perguntas são da Associação Nacional das Entidades dos Artistas e Técnicos e da Associação Nacional dos Produtores.

Está reaberta a temporada de caça aos constituintes. E as emendas estão à solta. Graças à manobra do Centrão, reabrindo o debate sobre o regimento, às entidades de classe, associações e lobes travam uma luta de vida ou morte por suas emendas — é a última chance para serem apresentadas. E nesta brecha que a Associação Nacional das Entidades dos Artistas e Técnicos em conjunto com a Associação Nacional dos Produtores aposta para tentar modificar a situação da Cultura nesta selva de títulos, parágrafos e incisos da Constituinte. Um corpo a corpo na disputa por constituintes que se comprometam com esta luta.

Desde maio a entidade mantém aqui um representante — Iara Sarmiento, da Associação do Paraná — que coordena e reúne, nos momentos decisivos, as entidades. O resultado, apesar de alguns avanços, não é muito positivo nas questões fundamentais, segundo Beth Casé, da diretoria provisória da Aneat. Para o diretor-geral do Departamento Estadual de Cultura, Maurício José da Silva, este é o momento decisivo de "garantir o direito de expressão e ao mercado de trabalho".

LATA DE SARDINHA

Beth tira da pasta 7 das mui-

tas emendas da entidade que estão à procura de constituintes. O primeiro alvo, o artigo 251, no parágrafo terceiro. Segundo ela, a atual redação inviabiliza a própria Lei Sarney, ao inscrever no texto que "é vedada a destinação de recursos públicos a entidades culturais privadas de fins lucrativos". O raciocínio da entidade é que a realidade de uma empresa cultural é bem diversa da de uma fábrica de latas de sardinha. Historicamente deficitárias, contam-se nos dedos as que conseguem se manter. Mesmo o incentivo da Lei Sarney, na maioria dos casos só é viabilizado através do Estado, que repassa os recursos que arrecada da iniciativa privada. Na prática, a aprovação do atual texto significa "inviabilizar a produção cultural", afirma.

No artigo 257, parágrafo II, a crítica é dirigida à palavra "preferência", um termo vago, segundo a entidade, para um problema tão sério quanto a concentração da produção cultural no eixo Rio-São Paulo. A entidade quer substituí-lo pelo termo "obrigatório", inscrevendo na nova carta a obrigatoriedade da regionalização da produção cultural e artística. O exemplo vem do Espírito Santo, onde graças a um contato com a TVE, e com ajuda da entidade

regional — em vias de se transformar em sindicato — os artistas locais conseguiram implementar os Telecontos, com histórias, diretores e artistas locais. "É primordial", afirma Beth, "até para a formação de público para os espetáculos". Em questão, a descentralização da produção cultural e o alargamento do mercado de trabalho. No atual quadro, denuncia, "estamos perdendo nosso folclore, a linguagem, a identidade, caminhando para uma descaracterização cultural".

Outro alvo da entidade é a aposentadoria. A intenção é incluir no atual texto a garantia aos bailarinos, artistas circenses e atores líricos de aposentar-se com um tempo de serviço reduzido pelo comprovado desgaste físico e emocional — profissões que exigem uma intensa dedicação — e que conduzem, principalmente no Brasil, a uma curta carreira. Mas é no item da censura que a entidade centra a maior parte da munição de emendas à procura de constituintes.

CENSURA

O alvo é a malfadada e sempre presente expressão "moral e bons costumes", bem como o inevitável "incitamento à violência". De Falcão a Passarinho, argumentam, a expressão é tão abrangente que pode justificar todo e qualquer tipo de censura, só depende do censor de plantão — um projeto que contraditoriamente assegura a livre atividade intelectual. E neste sentido que as entidades pretendem também que a censura classificatória — por faixa etária — deixe de ser da competência da União para ser exercida pelos Conselhos de Direitos de Expressão, a serem regulamentados pela lei, formados por órgãos vinculados à cultura. Um avanço considerável: se assunto de polícia, tal censura passaria a ser o que é — um assunto de sociedade.

A lista de emenda não se detém nas sete apresentadas por

Beth. Mas ela chama a atenção para duas, que a seu ver são importantíssimas. A primeira diz respeito à controversa questão dos direitos autorais. A emenda que apresentam sugere a adição da frase "será assegurado aos criadores e intérpretes o controle econômico sobre as obras que criarem ou participarem". O princípio, que já consta da lei que regulamentou a profissão de artista e de técnico em espetáculos de diversões, asseguraria o direito, principalmente quanto à reprodução. Na prática atual, o artista não recebe nenhum pagamento em decorrência de cada exibição — o que, na era do VT, significa lucros e mais lucros, sem nenhum centavo de despesa, pela repressão ou exportação da obra.

A outra emenda seria quase que um presente de Papai Noel. Se aprovada, a União estaria obrigada a aplicar, anualmente, nunca menos de dois por cento, e os Estados, Distrito Federal e Municípios 3 por cento, no mínimo da receita resultante de impostos, em atividades de proteção, apoio, estímulo e promoção das culturas brasileiras. Um sonho de uma noite de Natal que só poderá ser realizado com o engajamento dos constituintes. Atenta à realidade, Beth contabiliza os já comprometidos: Moema Santigao (PDT-CE), Maurício Fruet (PMDB-PR), José Genoíno (PT-SP), Santinho Furtado (PMDB-PR), Lídice da Mata (PC do B—BA), Gerson Camata (PMDB-ES), José Inácio Ferreira (PMDB-ES), Rose de Freitas (PMDB-ES). Beth tem consigo duas cópias da atual bíblia da política — o projeto de constituição aprovado pela sistematização — devidamente anotados e rabiscados. As entidades têm consciência que de nada adiantará ficar depois chorando sobre as emendas rejeitadas, nem sobre uma cultura esfrangalhada. A partir da decisão sobre a mudança do regimento saem a campo caçando constituinte a laço.